



## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Os prédios com mais de trinta anos, especialmente aqueles que têm menos de sete pisos, estão a degradar-se com o tempo. O entupimento de esgotos e as infiltrações de água, enquanto pólos de proliferação de problemas sanitários, são fenómenos que afectam com frequência os moradores desses prédios, e que levaram o Governo a criar, em 2009, o Centro de Interserviços para o Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios. Enquanto a lei não atribuir a este Centro poderes para inspeccionar e recolher provas no interior das fracções, os casos de infiltrações de água não vão conseguir ser eficazmente resolvidos.

Se não forem melhorados a lei e o mecanismo de tratamento das infiltrações de água, o problema das infiltrações e os efeitos daí decorrentes vão tornar-se, como é de prever, cada vez mais complexos e de mais difícil solução. Segundo os moradores, não é fácil encontrar hoje uma instituição adequada para realizar as devidas inspecções, daí terem de recorrer ao referido Centro de Interserviços para o Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, para este destacar pessoal para o local para se inteirar da situação, mas a obtenção do relatório da inspecção exige várias deslocações aos diversos serviços públicos. Com vista a conservar as provas da infiltração, os



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

proprietários não avançam com a reparação e como as responsabilidades daí decorrentes são de natureza civil, se o valor dos prejuízos não ultrapassar as 50 mil patacas, pode ser intentada, para a defesa dos seus direitos e interesses, acção no Juízo de Pequenas Causas Cíveis, podendo até pedir-se ao juiz autorização para apurar a fonte das infiltrações e as responsabilidades, através de inspecção. Contudo, o moroso processo judicial é um martírio para os moradores afectados. Segundo os serviços para os assuntos jurídicos, a revisão do Código do Processo Civil está em estudo, com o objectivo de reduzir os custos e elevar a eficácia procedimental, e prevê-se que só entre em processo legislativo em 2018. E faltando uma calendarização, é difícil, a breve trecho, resolver os problemas acima referidos.

---

Segundo a experiência de Hong Kong, a “*Joint Offices for Investigation of Water Seepage Complaints*”, depois de determinar a fonte da infiltração, pode, nos termos do “*Public Health and Municipal Services Ordinances*”, emitir uma intimação (*nuisance order*) ao proprietário. E se este não acatar a ordem, é acusado e fica sujeito a uma coima de 25 mil dólares de Hong Kong, acrescida de uma multa diária de 450 dólares de Hong Kong. Se o proprietário/inquilino não colaborar, o interessado pode até pedir ao tribunal a emissão de um mandato para entrar na fracção e proceder à devida inspecção. Portanto, permitir a intervenção adequada do poder público, em situações admitidas por lei, contribui eficaz e positivamente para o tratamento dos casos de infiltração de água.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Com vista a criar mais grupos de inspecção e minimizar os efeitos decorrentes das infiltrações, o Governo deve celebrar protocolos de cooperação com o sector privado e divulgar, na sua página electrónica, as listas das associações e organizações, bem como dos técnicos, a cujos serviços de inspecção os residentes podem aceder, pagando. E para aumentar a eficácia no tratamento dos casos de infiltração de água, o Governo deve ainda afectar mais pessoal ou aumentar o quadro de inspectores, bem como intensificar a cooperação entre os serviços envolvidos. O Governo vai fazer tudo isto?

2. Para resolver os problemas da falta de cooperação, o Governo deve tomar como referência as práticas de Hong Kong, atribuindo poderes ao pessoal que dá acompanhamento aos casos de infiltração de água. Vai fazê-lo? Qual é o ponto de situação da revisão do Código do Processo Civil? Qual o rumo de orientação a adoptar para elevar a eficácia? E quando é que vai entrar em processo legislativo?

24 de Novembro de 2017

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

**Ho Ion Sang**